

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

A 19ª Cimeira Ibérica



Um sucesso político e económico



Em «Suplemento»

A Assembleia da República aprova na generalidade a proposta de Lei do Orçamento de Estado

Intervenção sobre o Orçamento do Estado para 2004

Deputado Miguel Frاسquilho
Assembleia da República
05 de Novembro de 2003

(...)
...a herança que o actual executivo recebeu dificilmente poderia ser mais pesada: um **país endividado, pouco produtivo, pouco eficiente** e a ter que competir com os novos parceiros europeus que entrarão na União Europeia já em Maio do próximo ano.

(...)
Mas estamos numa altura em que são visíveis, ainda que não muito fortes, os primeiros sinais de retoma, quer a nível internacional, quer a nível doméstico.

E é nesta ocasião que nos é apresentado um orçamento que transmite, ele mesmo, sinais positivos para os agentes, sobretudo através da descida da carga fiscal.

Já foi anunciada, em Abril deste ano, a reforma da tributação do património imobiliário, consagrando o fim do imposto sucessório, tantas vezes prometido e outras tantas adiado, e promovendo a descida da Sisa ...

(...)
...a descida da taxa nominal de IRC – isto é, da carga fiscal sobre as empresas –, uma das bandeiras da última campanha eleitoral, e que começará agora a ser consubstanciada é, em nosso entender, absolutamente essencial em termos de competitividade internacional.

(...)
...é no próximo mês de Maio – daqui a sensivelmente seis meses – que entrarão na União Europeia dez novos

países, a maioria dos quais da Europa de Leste, e que até há pouco mais de dez anos eram regimes comunistas totalitários.

É conhecido que esses países possuem, em relação a Portugal, um conjunto de vantagens significativas em termos de competitividade: uma maior proximidade geográfica do centro da Europa (sobretudo da Alemanha); uma legislação laboral mais flexível; um custo do factor trabalho mais reduzido; recursos humanos mais qualificados; e uma fiscalidade mais competitiva

(...)
O movimento de descida de taxas de IRC a que estamos a assistir noutros países com quem temos que concorrer é uma realidade incontornável e imparável e, por si só, constituiria argumento mais do que suficiente para que adoptássemos em Portugal uma estratégia semelhante.

Chamo novamente a atenção para o facto de ainda há somente pouco mais de dez anos, esses países da Europa de Leste se terem libertado da governação comunista. Mas veja-se o trabalho de casa que a partir daí, e em tão curto espaço de tempo, foi feito e retire-se as devidas conclusões.



Não posso ainda deixar de referir que, como é óbvio, taxas de imposto mais baixas, **naturalmente**, contribuem para que o incentivo à fraude e evasão fiscal seja diminuído.

E que, portanto, o elevado número de empresas portuguesas (quase 60% do total) que ano após ano não paga IRC – não sendo, portanto, teoricamente, empresas lucrativas, mas que, estranhamente, continuam em actividade... – será, por si só, reduzido, ajudando a diminuir a diferença que existe entre taxa nominal de IRC e taxa efectiva (aquela que efectivamente as empresas pagam) diferença essa que é, em Portugal, a maior da União Europeia.

E se a descida da taxa de IRC for acompanhada de uma simplificação do verdadeiro emaranhado legal que hoje vigora, o sistema tornar-se-á mais simples, justo e transparente, ajudando a diminuir a fraude e evasão fiscal.

Não será muito mais justa e transparente uma situação em que a uma taxa nominal de IRC de 20% corresponde uma taxa efectiva de 15% ou 16%, do que outra em que a uma taxa nominal de 30% corresponde uma taxa efectiva de 17% ou 18%?

Aliás, só a entrada no sistema de empresas que passarão a pagar impostos poderá levar a minorar a potencial perda de receita, ou mesmo a que esta não baixe de todo...

Isto além de que também há cada vez mais evidência de ser nos impostos directos (e não nos indirectos) que essa fraude e evasão fiscal é maior – pelo que a descida da tributação directa arrasta consigo também uma maior justiça e equidade fiscal.

(...)
Dificilmente poderia ser mais claro por que é esta descida da taxa nominal de IRC uma medida crucial. Só não percebe quem não quer.

É actuando desta forma que, num horizonte de médio prazo, se ajudará ao aparecimento de novas empresas, à captação de mais investimento (quer nacional, quer estrangeiro), que transportará consigo, como acontece habitualmente, mais inovação, mais progresso tecnológico e melhor formação de recursos humanos.

O resultado será a dinamização da actividade, o aumento da riqueza do país, mas também da base de incidência fiscal, o que permitirá descer mais a carga fiscal (por exemplo, em sede de IRS), ao mesmo tempo que se criarão novos e melhores empregos, se reduzirá o desemprego e se melhorará, de forma sustentada – repito, **sustentada** – o nível de vida e o bem-estar da população.

(...)

Intervenção sobre o Orçamento de Estado

Deputado Hugo Velosa
Assembleia da República, 5 de Novembro de 2003

(...)
Este é um Governo e uma Maioria responsáveis: o cenário macroeconómico é prudente, pois já se vive uma situação de menor incerteza do que a de 2002, evidenciando-se alguns sinais de retoma neste 2º semestre de 2003.

As previsões de receita e de despesa são equilibradas bem como **o crescimento do PIB em cerca de 1%**. E como se vai conseguir isto?

Através das exportações e do investimento privado. Mas também através da previsão de aumento da receita fiscal em 3,5% e sobretudo contando com as receitas extraordinárias, com menos despesa pública e com a necessária moderação salarial.

(...)
Este **Orçamento lança as condições** para, a partir da sua execução se **continuar a caminhada de redução dos impostos** agora iniciada com o

desagravamento da taxa de IRC de 30% para 25% e dos impostos sobre o património.

É por isso um orçamento de fundamentada esperança no futuro!

As **alterações nos impostos sobre o património** e a **baixa da taxa geral do IRC**, diminuem a carga fiscal, clarificam o sistema e melhoram a competitividade fiscal.

O **desagravamento fiscal em sede de IRC** irá provocar a promoção do investimento e das exportações.

Perante as dificuldades conhecidas esta é também uma decisão corajosa e um sinal de confiança no futuro.

(...)
Este é um Orçamento de transparência: é claro e não esconde, sem desorçamentações encapotadas, o papel das receitas extraordinárias no objectivo do défice de 2,8%.

E não havia alternativas face ao frágil crescimento económico. Será que a oposição prefere o aumento dos impostos e do endividamento?

Para a maioria fica clara a aposta na contenção e diminuição do nosso endividamento.

O **Orçamento de Estado 2004 mantém o rumo** iniciado com o Orçamento rectificativo de 2002 de **ajustamento económico** português e da **correção do desequilíbrio externo** que originou um endividamento inaceitável.

E fá-lo através do controlo da despesa, o que indicia que se mantém no rumo de consolidação orçamental através do único meio estrutural que pode levar a tal objectivo. Isto apesar das evidentes dificuldades no lado das receitas.

(...)
Nós acreditamos na previsão de crescimento do PIB em cerca de 1% em 2004.

E acreditamos que tal se concretizará com a previsão de aumento moderado de receita fiscal (3,5%) e com as receitas extraordinárias.

Mas acreditamos sobretudo que

ocorrerá:

- Um crescimento real das exportações;
- Uma moderada recuperação do consumo privado e do investimento;
- Uma redução em termos reais do consumo público (menos despesa pública);

(...)
É certo que o crescimento da economia portuguesa em 2004 será inferior ao da média europeia. Mas isto acontece essencialmente devido à continuação do processo de ajustamento da despesa interna o que é crucial para o futuro da economia e da consolidação orçamental.

(...)
... o Governo sabe o caminho que tem de percorrer e como fazê-lo. Pela consolidação orçamental, pela melhoria da nossa economia e por um futuro melhor apoiamos o Governo e este Orçamento.

(...)



Intervenção sobre o Orçamento do Estado

Deputado Tavares Moreira
Assembleia da República, 4 de Novembro 2003



(...)
É importante, neste momento, recordar e salientar os grandes objectivos que esta estratégia de política económica elegeu:

-Um **objectivo INTERMEDIO**, prioritário, de correcção dos gravíssimos desequilíbrios que ameaçavam as perspectivas económicas do País - impondo uma restrição financeira crescente à actividade económica - e que, na ausência das medidas correctoras introduzidas pelo Governo, teriam desencadeado uma crise económica de longo prazo, com incidências sociais devastadoras traduzidas, por exemplo, em níveis de desemprego de dois dígitos;

-Um **objectivo FINAL**, de retoma do processo de convergência para o nível de rendimento real médio da União Europeia, o que implica um processo de crescimento económico sustentável e robusto, só possível depois de atingido o objectivo INTERMEDIO e afastada a restrição financeira.

(...)
...sem uma inversão radical da política orçamental que vigorou até ao OR de 2002, não haveria processo, em prazo útil, de corrigir o insustentável ritmo de endividamento externo da economia e esta seria arrastada para uma asfixia financeira progressiva, que afectaria em primeiro lugar os sectores produtivos, com desemprego e falências em grande escala, e depois se propagaria ao sector público através da erosão da base tributária.

É assim, e não de outro modo, que funcionam os processos de ajustamento em zonas monetárias, há disso múltiplos exemplos nas últimas décadas.

(...)
Cumpre salientar que o Governo não resumiu a sua estratégia económica a esta componente de curto prazo/orçamental tendo assumido ainda dois outros importantes programas, cujo desígnio consiste em agir, a médio e longo prazo, sobre a oferta de bens e serviços e, em especial, obter ganhos sustentados de produtividade e de competitividade:

- Um **Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2002, de 26 de Julho, tendo como principal agente o Ministério da Economia, visando imprimir maior eficiência aos programas de incentivo às actividades económicas e envolvendo um amplo leque de reformas, designadamente institucionais (criação da API,

reorganização do modelo ICEP/IAPMEI, instituição do Programa PRIME, entre outros);

-Um vasto programa de reformas estruturais, abrangendo múltiplas áreas da Administração, com relevo para a Educação, a Saúde, a Segurança Social e o Trabalho, culminando na mais recente - e porventura mais importante - a **Reforma da Administração Pública**.

(...)
... a informação mais recente (Agosto/2003), mostra-nos um imenso **progresso na correcção do desequilíbrio externo e no consequente abrandamento do ritmo de endividamento ao exterior**.

A partir dessa informação é possível perspectivar um défice agregado da B.Corrente e da B.Capital inferior a 3% do PIB, no final do corrente ano, o que supera as melhores expectativas dos analistas. (volta ao nível de 1997).

Quanto ao nível de endividamento, regista-se também a continuação de um forte abrandamento, de 1100 milhões EUROS/mês em 2000 e 2001, para 640 milhões/mês em 2002 e para 325 milhões/mês nos primeiros 8 meses deste ano.

Merece nota especial a diminuição, em mais de 5%, do défice dos Rendimentos em 2003, depois de anos sucessivos de constante agravamento, o que é um indicador muito claro de que, sendo ainda pesada, se começou a aliviar a restrição financeira ao crescimento da economia.

Estes resultados não podem deixar de ser enaltecidos, tanto pelo facto de evidenciarem um inegável sucesso da política económica como

por terem sido obtidos em condições muito adversas:

-Forte abrandamento da generalidade das economias dos nossos principais parceiros, em especial na EU;

-Valorização acentuada da taxa de câmbio efectiva do EURO, com relevo para a apreciação frente ao USD.

(...)
É bem provável que em 2004, com alguma animação das exportações de bens e serviços, o saldo agregado das B. Corr+Cap se aproxime do equilíbrio, o que significará a quase neutralização da restrição financeira.

(...)
É altura de voltar à política orçamental, salientando o facto de os resultados atrás referidos, na realização dos objectivos de política económica, se terem ficado a dever, em primeiro lugar, ao esforço de contenção da despesa pública, visível já em 2002 e acentuado em 2003, com o crescimento da despesa corrente primária do SPA limitado a 4,3% em contabilidade nacional (4,1% no sub-sector Estado), em qualquer caso muito influenciado pelo forte aumento das despesas da Segurança Social (+ 9,5%).

Tendo em conta que vínhamos de taxas de variação desta despesa da ordem de 8% (média de 8,2% nos três anos anteriores), é inequívoco o esforço de contenção.

A contenção da despesa era essencial para que se cumprissem os objectivos de política económica, sempre referi.

Apesar da contenção da despesa, as dificuldades orçamentais em 2003 continuam a ser evidentes, por força de um desempenho insuficiente das receitas, sobretudo das receitas

fiscais, muito aquém (até Setembro) dos valores inscritos no Orçamento.

São as consequências inexoráveis do ciclo económico e também de alguma erosão da base tributária decorrente do sobreendividamento dos agentes económicos.

Depara-se-nos assim uma situação algo paradoxal em que:

-Por um lado, a política orçamental consegue, graças à contenção da despesa, realizar plenamente a sua função instrumental de apoio aos objectivos de política económica;

-Por outro lado, continuamos a experimentar muitas dificuldades para reduzir o saldo global do SPA em termos % do PIB.

A constatação deste paradoxo aparente conduz-nos à problemática da consolidação orçamental, tema novamente muito em voga nos últimos tempos, ao ponto de já se ouvirem vozes que colocam essa consolidação no topo dos objectivos da política.

(...)
É necessário sublinhar o papel instrumental da consolidação orçamental, que não é, manifestamente, o objectivo final da política.

É e também útil dizer que a consolidação orçamental se cumprirá de forma mais cabal com a recuperação da economia e das receitas publicas, que deverão evoluir em paralelo. **O mais importante, nesta fase de transição, é manter um eficaz controlo da despesa**, por forma a permitir, subsequentemente, atingir o objectivo da consolidação orçamental.

(...)
...é natural que o OE/2005 já deva ser perspectivado em termos distintos, podendo incorporar alterações importantes, **sob a forma de medidas dirigidas ao incentivo da produção, do emprego e do investimento**, não sob a forma de regresso a despesas supérfluas.

(...)
... a chave do sucesso na realização dos objectivos difíceis é a persistência; e por isso a persistência constitui a qualidade mais preciosa para quem exerce neste momento funções de governo e também para quem, como é o nosso caso, aceitou, consciente e livremente, dar o seu apoio a estas políticas.

Cumpre-nos, pois, persistir.



Intervenção sobre o Orçamento do Estado e as Políticas Sociais

Deputado Mário Patinha Antão

Assembleia da República, 5 de Novembro de 2003

(...)
O **Governo faz da solidariedade para com os mais idosos, mais pobres e mais doentes, um ponto de honra da sua governação**, e atribui-lhe a prioridade máxima, em dois programas especiais, com forte incidência no Orçamento para 2004.

A **convergência das pensões mais débeis para o salário mínimo nacional até 2006**, que interessa a um milhão de Portugueses, e a eliminação do flagelo das listas de espera para intervenções cirúrgicas que afligia a saúde e a qualidade de vida de 123 mil Portugueses, em Julho de 2002.

O Senhor Primeiro-Ministro anunciou nesta Câmara que, apesar de haver ainda dificuldades financeiras, aquelas pensões débeis teriam, no próximo ano, um aumento de 6%, o maior aumento, em termos reais, jamais registado desde 1995.

(...)
Falemos agora da execução das listas de espera, até ao momento, e à sua projecção para 2004.

O Senhor Primeiro-Ministro anunciou que a conclusão das intervenções cirúrgicas constantes da lista de espera apurada em Julho de 2002, terminará dez meses antes do prazo previsto, isto é, em Fevereiro de 2004.

Deste modo, 72 mil pessoas já

viram o seu problema resolvido.

E outras 40.000 pessoas vê-lo-ão resolvido em breve, porque o Governo contratualizou, fora do SNS, essas cirurgias para serem realizadas até Fevereiro de 2004.

E por último, as restantes 11 mil pessoas ainda não atendidas, sê-lo-ão, dentro de três meses, porque os Hospitais do SNS, para além da cirurgia programada que têm sempre vindo a fazer e com produtividade crescente, as irão efectuar fora do período normal de ocupação dos seus blocos operatórios.

(...)
... com o actual Governo, os casos recenseáveis em lista de espera foram aumentados para 68 patologias.

E como a produtividade dos Hospitais do SNS também está a aumentar significativamente, no ano de 2003, o número total de consultas externas está a aumentar cerca de quase 10%.

Assim quando chegarmos ao final do ano, os Portugueses terão tido nos Hospitais mais 220 mil consultas do que tiveram no ano passado.

Ora, segundo os rácios dos actos médicos, por cada 100 novas consultas, geram-se cerca de 8 indicações adicionais para pequenas e médias cirurgias não urgentes e, portanto, enquadráveis no novo



conceito, mais abrangente, de listas de espera para 68 patologias que este Governo definiu, e definiu muito bem.

Deste modo, fruto do sucesso das novas políticas hospitalares, medido pelos padrões internacionais de qualidade e de melhor atendimento dos doentes, o ritmo de pessoas em lista de espera subiu para quase 6.000 por mês, o dobro do que se verifica no tempo da governação socialista.

(...)
Com efeito, nesta nova lista, o tempo médio de espera passou a ser de seis meses enquanto, na outra, o tempo médio de espera era de 6 anos, condenando, desumanamente, tantos Portugueses, sobretudo idosos, doentes e pobres, a ter que viver com cataratas, hérnias e lesões ortopédicas, tantos anos a fio!

A má notícia, para a demagogia com que o PS insiste, ainda hoje, em tratar este assunto, é que o aumento da produtividade que os Hospitais do SNS têm vindo a registar, vai permitir que se acabe também em breve com esta nova lista de espera, sem ser necessário votar despesa orçamental extraordinária.

É que, tendo a capacidade de produção, em horário extra, dos blocos operatórios, aumentado para 7.800 cirurgias/mês, isto é, 30% mais depressa do que as indicações médicas para a nova lista de espera, esta será rapidamente eliminada,

Colocando-nos assim na 1ª linha da resolução definitiva deste flagelo que atinge toda a União Europeia!

(...)
Um Governo com um Orçamento coerente, consistente, credível, transparente e persistente, nas suas linhas de rumo fundamentais, sufragadas no seu Programa de Governo, em todos os domínios, e também nas políticas sociais.

(...)
...o Governo mostra a sua coragem em rasgar melhores horizontes de cidadania para os mais jovens, reforçando bem acima da inflação, o investimento na Cultura, na Ciência e na Educação...

(...)

Observatório de Imprensa

Concepções

Parece por isso excessivo que quem ganhou por referendo popular uma causa queira agora, constitucionalizando, retirar aos portugueses o poder de, daqui a alguns anos (nunca no imediato), voltar a pronunciar-se sobre um assunto que acompanhará eventuais mudanças do nosso paradigma social.

Gonçalo Capitão, A Capital, 05/11/03

O Momento do Orçamento

É salutar que o Governo apresente uma maior transparência das finanças públicas, demonstre o combate sério ao despesismo do Estado e exija maior responsabilidade.

Graça Proença de Carvalho, 05/11/03

Quatro Notas

Se o Estado ceder de graça espaços monumentais poderá estar a colaborar utilmente com a cultura.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 05/11/03

As Viagens dos Deputados

O modo como a comunicação social tratou as viagens dos deputados foi instrumental em não se ter chegado a lado nenhum. Prosseguindo o objectivo populista de atacar “os deputados”, consegui atingir o seu alvo.

Pacheco Pereira, O Público, 06/11/03

Sousa Franco

Pina Moura teve que enterrar o defunto, mas não foi ele que fabricou o morto. O mandante e, ao mesmo tempo, executor dessa malfetoria, foi quem, com rédea larga, liderou, entre 1995 e 1999, o Ministério das Finanças.

Luís Filipe Menezes, Correio da Manhã, 06/11/03



Intervenção no encerramento do debate na generalidade do Orçamento do Estado para 2004

Deputado Jorge Neto
Assembleia da República, 6 de Novembro de 2003

(...)
Findo o debate na generalidade, é chegada a hora de fazer o balanço.

Um balanço isento, lúcido, neutro. Que releve a essência das questões, sobreleve o cerne dos problemas e perscrute no horizonte uma linha de rumo em matéria de políticas públicas.

É essa a função instrumental do orçamento.

É essa a lógica da discussão. É esse o escopo deste debate.

Aqui chegados creio ser do mais elementar bom senso reconhecer, sem reбуço, que duas teses antinómicas, opostas e díspares se submetem ao crivo democrático desta Câmara.

De um lado um Orçamento gizado pelo Governo, assente numa filosofia de rigor na consolidação orçamental, de redução da carga fiscal e de retoma do investimento.

Do outro, provindo da oposição e em particular do PS, um acervo desconexo, de conclusões e de axiomas que não enformando propriamente uma proposta alternativa de Orçamento, se ancoram no pressuposto omnipresente do aumento do investimento público, brandido como arma de arremesso letal ao suposto desacerto da política económica do Governo.

(...)

...orçamento apresentado o Governo **propugna a via do rigor para garantir e fortalecer a economia** na percepção iniludível da imprescindibilidade da correcção dos graves desequilíbrios macro económicos. Com a convicção escorreita e inabalável de que sem a correcção desses desequilíbrios não se resolverá o problema da competitividade e do crescimento económico. Não há aqui lugar a tibiezas, a recuos ou a timoratas inversões de trajetória.

(...)

... Orçamento que assenta num quadro macroeconómico bem mais estável e previsível do que ocorreu há um ano atrás.

Em que é previsível uma retoma mais nítida do crescimento económico em 2004, com manutenção das taxas de juro e descida provável da inflação. E daí o realismo das projecções para 2004 do crescimento do PIB entre 0,5% e 1,5%, de uma inflação entre 1,5% e 2,5% e de um défice orçamental de 2,8%



do PIB, com uma redução do défice estrutural descontado dos efeitos do ciclo económico de 0,5%.

Acresce que este Orçamento evidencia uma particular sensibilidade social, como o denota a redobrada atenção dada aos mais desfavorecidos, com o maior aumento desde 1995 no que se refere às pensões do regime geral, na senda inalienável do compromisso assumido até 2006 fazer a convergência mínima das pensões mais baixas com o regime geral.

Um Orçamento que privilegia o combate às assimetrias de desenvolvimento regional, reafirmando a coesão nacional com uma discriminação fiscal positiva para as PME's do interior e um renovado empenho no desenvolvimento das áreas e regiões deprimidas. Um Orçamento de esperança e de confiança, com Portugal a crescer de forma sustentada acima da média comunitária o mais tarde até 2006.

Em suma, um **Orçamento equilibrado, verdadeiro e sério.**

(...)

Afrontemos com lucidez e clarividência a realidade iniludível dos factos. Ou apostamos num modelo de desenvolvimento económico assente na oferta, na libertação de recursos para o sector privado, no investimento e nas exportações. Ou regredimos ao modelo do passado assente na procura interna, no endividamento, na manutenção da carga fiscal, no desequilíbrio externo e na perda da competitividade. O primeiro é o novo paradigma de desenvolvimento económico sufragado pelo Orçamento do Governo. O segundo é a despudorada reedição requintada de um modelo exaurido, esgotado, caduco. Sem alma, sem rasgo, sem visão. Acomodado no torpor da falta de ideias. Acurvilhado pela pusilanidade dos vencidos da vida.

O que divide o Governo e a maioria que o apoia da Oposição é, ao cabo e o resto, uma questão de estratégia de desenvolvimento do País.

O Governo e a maioria tem uma visão pragmática, lúcida, audaz e determinada de combate sem tréguas às causas estruturais dos problemas, numa óptica de médio e longo prazo de desenvolvimento económico perene e sólido.

(...)

Por Portugal e pelos Portugueses diremos sim a este Orçamento.

Agenda

Segunda-Feira, dia 10 de Novembro de 2003

Discussão na especialidade em sede de Comissão de Economia e Finanças
Proposta de Lei nº 97 IX (Grandes Opções do Plano para 2004)
Proposta de Lei nº 98 IX (Orçamento do Estado para 2004)

Terça-Feira, dia 11 de Novembro de 2003

Discussão na especialidade em sede de Comissão de Economia e Finanças
Proposta de Lei nº 97 IX (Grandes Opções do Plano para 2004)
Proposta de Lei nº 98 IX (Orçamento do Estado para 2004)

Quarta-Feira, dia 12 de Novembro de 2003

Discussão na especialidade em sede de Comissão de Economia e Finanças

Proposta de Lei nº 97 IX (Grandes Opções do Plano para 2004)
Proposta de Lei nº 98 IX (Orçamento do Estado para 2004)

Quinta-Feira, dia 13 de Novembro de 2003

Discussão na especialidade em sede de Comissão de Economia e Finanças
Proposta de Lei nº 97 IX (Grandes Opções do Plano para 2004)
Proposta de Lei nº 98 IX (Orçamento do Estado para 2004)

Sexta-Feira, dia 14 de Novembro de 2003

Discussão na especialidade em sede de Comissão de Economia e Finanças
Proposta de Lei nº 97 IX (Grandes Opções do Plano para 2004)
Proposta de Lei nº 98 IX (Orçamento do Estado para 2004)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua habitual reunião semanal, que teve lugar na Presidência do Conselho, na tarde de quinta-feira passada, de Ministros, aprovou 11 diplomas, dos quais dois Decretos-Lei, três decretos e seis resoluções.

Não-Proliferação de Armas Nucleares na União Europeia

O primeiro dos Decretos-Lei, designa o Instituto Tecnológico e Nuclear como entidade competente para a implementação do Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas entre a República Portuguesa, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e a Agência Internacional de Energia Atómica, ratificado por Decreto do Presidente da República n.º 25/2001, de 3 de Abril, bem como para as matérias relacionadas com o referido Acordo.

No âmbito da estratégia de segurança comum da União Europeia, é intenção da União o anúncio, tão breve quanto possível, da entrada em vigor do Protocolo Adicional, contribuindo este para o significativo melhoramento da segurança internacional e criando condições exemplares de visibilidade e transparência política no que concerne à Não Proliferação de Armas Nucleares na União Europeia.

Portugal apoia plenamente as políticas comunitárias nesta matéria, tendo assinado, em 1998, o Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas entre a República Portuguesa, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e a Agência Internacional de Energia Atómica, ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 25/2001. O próximo passo a dar pelo país para concretizar a entrada em vigor do referido Protocolo, planeada para ocorrer em conjunto em todos os Estados da União Europeia, será a criação do enquadramento jurídico-regulamentar mais adequado à realidade nacional.

No sentido de dar seguimento a esta necessidade, o Governo designa o Instituto Tecnológico e Nuclear como ponto de contacto e entidade competente para a preparação do enquadramento administrativo e jurídico-regulamentar necessário, entendendo ser este Instituto a entidade mais adequada para desenvolver a referida tarefa, considerando a experiência existente e a respectiva competência técnica na área.

O Governo decide, ainda, atribuir ao ITN competência para continuar a desenvolver as actividades inerentes à matéria das Salvaguardas.



Regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais

Por Decreto-Lei é prorrogado por seis meses, o prazo previsto no Decreto-Lei n.º 113/2003, de 4 de Junho, aplicável ao regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais.

Pretende-se, neste espaço de tempo, concluir os trabalhos tendentes à revisão da legislação em vigor, de forma a adaptá-la às realidades existentes no sector e consequentemente, permitir e garantir que todos aqueles que esta legislação abrange, tenham então possibilidade de se ajustar e cumprir os termos do novo regime jurídico de pesquisa e exploração de massas minerais.

Convenção Relativa aos Transportes Internacionais Ferroviários

Por Decreto foi aprovado o Protocolo, de 3 de Junho de 1999, que altera a Convenção Relativa aos Transportes Internacionais Ferroviários (COTIF), de 9 de Maio de 1980.

Este Protocolo, por um lado, adapta e moderniza as bases institucionais da COTIF, promovendo a extensão do seu âmbito de intervenção a todos os aspectos relacionados com o transporte internacional ferroviário ao nível dos Estados.

Por outro lado, desenvolve a COTIF (e, nomeadamente, as regras uniformes CIV e CIM), adaptando-a às novas necessidades dos transportes internacionais ferroviários.

Acordo Portugal/Turquia

Por Decreto é aprovado o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Turquia sobre o emprego de dependentes do pessoal diplomático, administrativo e técnico enviados oficialmente pelos governos da República Portuguesa e da República da Turquia para servirem respectivamente na Turquia e em Portugal, na Embaixada, Postos Consulares e Missões Acreditadas junto de Organizações Internacionais, assinado em Lisboa, em 13 de Julho de 2003.

O presente Acordo aplica-se ao agregado familiar de um membro do corpo diplomático ou do pessoal administrativo ou técnico, enviado oficialmente por qualquer dos dois Governos para servir no outro país, na Embaixada, postos consulares ou missões acreditadas junto de organizações

II Plano Nacional para a Igualdade.

Por Resolução do Conselho de Ministros foi aprovado o II Plano Nacional para a Igualdade.

O II Plano Nacional para a Igualdade resulta de uma ampla colaboração transversal promovida pela Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres e pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego que, em estreita cooperação com todos os ministérios e com as entidades da sociedade civil, são as responsáveis pelo texto final e pela dinamização da respectiva implementação.

A versão agora aprovada foi significativamente alterada em relação à inicialmente submetida a consulta pública e espelha, positivamente, a incorporação de contributos de vários organismos da Administração Pública e da sociedade civil. Reflete, assim, uma crescente preocupação por esta área e a vontade de promover medidas conducentes a uma sociedade mais equilibrada, em que as mulheres e os homens gozem, efectivamente, de iguais oportunidades.

O II Plano Nacional para a Igualdade segue uma dupla abordagem – a integração de uma perspectiva de género em todas as políticas e programas e a adopção de acções específicas que incluam acções positivas.

É hoje consensualmente aceite que as mulheres devem ser ouvidas nos processos de tomada de decisão, tanto política como económica, porque elas representam mais de 50% da população nacional. As mulheres são hoje uma peça fundamental no mundo do trabalho e devem ser dignificadas enquanto trabalhadoras. Mas é igualmente imprescindível enobrecer o papel dos homens no mundo familiar e doméstico, pois o seu papel nestes domínios é essencial. Mulheres e homens mantiveram-se durante séculos tradicionalmente restringidos a apenas uma das partes deste mundo.

Mudar estas circunstâncias requer tempo, requer dar atenção aos grupos mais vulneráveis e requer, também, uma nova postura social, mais aberta, mais equilibrada, em que direitos e deveres sejam repartidos e partilhados por ambos os sexos.

O II Plano Nacional para a Igualdade inclui dois grandes conjuntos de medidas:

Medidas Estruturantes - De carácter transversal, estas medidas constituem os principais requisitos para a integração da perspectiva de género nos diversos domínios da Administração Pública e devem produzir efeitos estruturantes e duradouros. Cada Ministério operacionalizará cada uma destas medidas tendo em conta as suas áreas específicas de intervenção.

Medidas por grandes áreas de intervenção - Medidas organizadas em função das áreas de intervenção prioritárias definidas no Programa do Governo para a área da Igualdade de Oportunidades e, ainda, as decorrentes dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Umhas e outras medidas traduzem a vontade de intervenção mais dinâmica das Comissões responsáveis pela implementação da igualdade de oportunidades; é-lhes pedida uma colaboração mais estreita com os diferentes parceiros da sociedade portuguesa, públicos e privados; cumpre-lhes levar a mensagem da igualdade de uma forma simples e actual até às mulheres e homens portugueses.

A promoção da igualdade é um imperativo da Constituição da República Portuguesa e é uma condição para a democracia.

Conselho de Ministros



internacionais, numa base de reciprocidade, com respeito pelas disposições legais do Estado receptor.

São abrangidos na categoria “agregado familiar” os cônjuges, os filhos dependentes solteiros com menos de 21 anos, os filhos dependentes solteiros com menos de 25 anos que frequentem a tempo inteiro, como estudantes, uma instituição de educação pós-secundária e os filhos dependentes solteiros quando sofram de deficiência física ou mental, sem limite de idade.

Acordo Portugal/Cabo Verde

Também por Decreto foi aprovado o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde nos domínios do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, assinado na Cidade da Praia, em 17 de Julho de 2003.

Este Acordo visa conjugar os meios conducentes ao desenvolvimento do Ensino Superior e Ciência em Cabo Verde, nomeadamente através da colaboração entre as instituições de ensino superior e de investigação de ambos os países.

Planos de Urbanização da Sobreira Formosa, no município de Proença-a-Nova e de Ferreira do Zêzere

Uma Resolução do Conselho de Ministros ratifica parcialmente o Plano de Urbanização da Sobreira Formosa, no município de Proença-a-Nova.

O Plano de Urbanização da Sobreira Formosa prevê um alargamento do perímetro urbano de Proença-a-Nova em 14% (cerca de 11 ha), abrangendo algumas áreas actualmente classificadas como Reserva Agrícola Nacional.

Esta proposta assenta nas perspectivas de evolução da população, na capacidade das redes de saneamento básico e infra-estruturas, na rentabilização das obras de infra-estruturação já executadas e a executar, na definição de áreas de reserva para futuras necessidades em termos de equipamento colectivo e na implementação de uma zona industrial (a Norte/Nascente da área de intervenção), que tem sido solicitada e não foi prevista na actual área urbana.

Outra ratificação de alteração foi feita ao Plano Director Municipal de Ferreira do Zêzere.

A alteração agora ratificada visa regularizar uma situação existente, anterior à elaboração do Plano e respeitante a uma fábrica de rações.

Os objectivos principais são possibilitar a instalação de uma central de betão pronto, importante para o fortalecimento da actividade económica e para a criação de postos de trabalho, e ainda alterar o uso do solo numa área actualmente integrada no perímetro urbano da Vila de Ferreira do Zêzere, onde a indústria se encontra desactivada há vários anos.

José Lamego para o Iraque

Por Resolução do Conselho de Ministros, foi nomeado o Dr. José Alberto dos Reis Lamego para o cargo de Chefe da Missão Temporária de Portugal junto da Autoridade Provisória da Coligação, em Bagdad, no Iraque.

Conselho de administração do Instituto das Estradas de Portugal

Uma Resolução do Conselho exonera e nomeia o conselho de administração do Instituto das Estradas de Portugal.

Esta Resolução exonera o engenheiro José Luís Ribeiro dos Santos e o engenheiro João Manuel de Sousa Marques dos cargos de presidente e de vice-presidente do IEP e nomeia o engenheiro José Manuel Rosado Catarino e o engenheiro António Pinelo, respectivamente, para os referidos cargos.

Exonera e nomeia, ainda, o licenciado Rui Filipe Moura Gomes, e a engenheira Maria Cristina da Cunha Onório Paulino Resende Elvas, para os cargos de vogais do conselho de administração do IEP.

Aquisição de novos submarinos

Uma Resolução do Conselho homologa a Proposta de Adjudicação do Ministro de Estado e da Defesa Nacional, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 31.º do Programa Relativo à Aquisição de Submarinos.

Notícias da CPS de Braga

«Gerar emprego, servir Braga!» é o tema das actividades do trimestre



Da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata de Braga e os seus autarcas nos órgãos municipais, recebemos a informação de que aquela estrutura local do PSD promoverá, ao longo dos próximos meses, algumas iniciativas e contactos no domínio da promoção do emprego e da criação de riqueza no concelho.

Sob o lema “Gerar Emprego, Servir Braga!”, este trimestre especialmente centrado nos assuntos económicos abarcará um amplo leque de eventos e reuniões, cujo programa será brevemente tornado público.

A primeira destas reuniões teve lugar entre os representantes do PSD (membros da CPS e Autarcas) e a Comissão Executiva da AIMinho.

Após a reunião houve uma clara convergência na preocupação de conferir total prioridade à definição de uma lógica de desenvolvimento integrado de todo o Minho, na linha postulada pelo meritório Pacto de Desenvolvimento Regional que, em parceria com a Universidade do Minho, esta associação muito tem contribuído para promover.

Na base desta iniciativa está a ideia de que só com a união de múltiplas entidades, públicas e privadas, e com o envolvimento dos 24 municípios que compõem o Minho é possível criar uma rede de colaborações e um polo de reivindicação e defesa de toda a Região, com vista à prossecução de projectos estruturantes, geradores de múltiplas sinergias e benefícios para a vasta população abrangida.

Pacificação das relações no meio empresarial

A este nível, merece particular realce o esforço de pacificação das relações no meio empresarial, entre a AIMinho e as suas homólogas na Região (Associação Comercial de Braga, Associação Empresarial de Viana do Castelo, Conselho Empresarial do Vale do Lima, etc.), esforço este que vem sendo coroado com várias manifestações de cooperação e partilha de projectos e espaços.

Um novo conceito, uma visão de futuro

À cabeça de tais projectos estruturantes, o “Silicon Valley” é um conceito que assenta na lógica de desenvolvimento integrado do quadrilátero urbano (Braga-Barcelos-Guimarães-Famalicão), aí procurando sustentar a instalação de múltiplas valências (TechValley, Parque Empresarial de Vila Verde, Parque de Ciência das Taipas ou o Pólo Tecnológico do Ave), servindo de base a clusters especializados de inovação empresarial.

Desta lógica de desenvolvimento, com claros benefícios para os municípios envolventes, deve também resultar um ordenamento do território capaz de abarcar múltiplas facetas: vias e meios de comunicação e transporte (como o Metro de Superfície ou o TGV), infra-estruturas tecnológicas (como a rede de Banda Larga), níveis de qualificação de trabalhadores e empresários e a promoção nacional e internacional da região com vista à atracção de investimentos com elevado valor acrescentado.

Ainda sob a óptica do “Silicon Valley” esta é a oportunidade para introduzir uma nova lógica de gestão dos Parques Empresariais, capaz de inverter os atropelos do presente e abarcar de forma equilibrada as vertentes ambientais, paisagística, de abastecimento de energia e de incubação de empresas nestes espaços, assegurando a qualidade de vida dos trabalhadores e funcionando como instrumento de marketing das empresas residentes.

No plano local, a Área de Localização Empresarial com uma base tecnológica (TechValley), poderá albergar um

conjunto de empresas das novas tecnologias, comunicações e electrónica com fortes sinergias no processo de modernização das unidades tradicionais, assumindo-se como forte polo de dinamização da actividade económica do concelho e da região.

Atendendo ao facto de já hoje haver uma significativa concentração de empresas de software nesta região, um forte dinamismo demográfico, uma elevada proporção de jovens, uma apetência natural das empresas para a Investigação e Desenvolvimento e uma experiência prévia bem sucedida no domínio da cooperação empresarial, a TechValley poderá ser, pois, uma fonte de criação de emprego, de modernização da estrutura económica tradicional, de sofisticação do tecido empresarial da região, de geração de rendimento para os particulares, as empresas e a autarquia.

Foi, pois, com forte preocupação que os responsáveis do PSD ouviram os titulares da AIMinho questionar a viabilidade de concretização deste projecto no concelho de Braga, por força da especulação imobiliária e dos incomportáveis preços de aquisição dos terrenos previstos para a sua implantação (ao qual deve ser acrescido o custo de infra-estruturação).

Assim, tendo já sido assegurado o interesse de algumas empresas multinacionais que poderão funcionar como âncoras do projecto, impõe-se uma intervenção determinada da autarquia com vista à respectiva concretização próxima.

Dando resposta ao repto dos responsáveis concelhios do PSD, a AIMinho defendeu como iniciativas prioritárias a inserir no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Braga a requalificação dos Parques Empresariais do concelho, a concretização do TechValley e o investimento na sinalética, nas acessibilidades aos Parques e na criação de auto-estradas digitais.

Ainda, a adopção de uma postura mais dinâmica na captação de novos investimentos para o concelho, quer no plano institucional – mediante uma superior articulação com a Agência Portuguesa de Investimento -, quer no plano fiscal municipal – através da redução das contribuições e da isenção de taxas para novas empresas e projectos.

Na linha das posições publicamente assumidas, os responsáveis da AIMinho não deixaram de manifestar ante a CPS a sua apreensão perante a actual conjuntura económica e os seus reflexos mais visíveis na Região.

Admitindo como prováveis o aumento do desemprego e a ocorrência de novas falências, consideram que estes fenómenos resultam da conjugação de múltiplos factores, envolvendo uma partilha de responsabilidades entre a classe política e o meio empresarial, as debilidades históricas da nossa estrutura empresarial (maioritariamente composta por Pequenas e Médias Empresas e sociedades de cariz familiar), a tradicional falta de incentivos à inovação e o impacto de uma mudança súbita do paradigma de crescimento económico (do consumo interno para as exportações), que não poderá produzir resultados imediatos.

Face à actual evolução mista dos principais indicadores, os responsáveis da AIMinho deixaram uma expectativa optimista para a evolução próxima da economia portuguesa, para o que entendem premente um efectivo apoio por parte do Governo Central.

O PSD saúda dinamismo da Associação Industrial do Minho

A juntar a todos estes projectos, o PSD não deixou de enaltecer o forte dinamismo evidenciado por esta estrutura empresarial, bem patente na realização de conferências, na prossecução de planos de formação especializados, no desenvolvimento de projectos como o IDITE-Minho, o Business Innovation Centre (BIC) do Minho ou os Programas CompeteMinho e Minho Rumo à Excelência, na criação do Clube do Empresário e em todo um processo de racionalização e reestruturação da Associação.

O PSD prosseguirá, a breve trecho, este Ciclo de contactos, de acordo com agenda a divulgar oportunamente. – CPS/PSD, Braga





Notícias dos Açores

Polémica privatização da EE açoreana e discriminação socialista ao Nordeste

O Presidente do PSD/Açores emitiu um comunicado, que reflecte uma interpelação que vai ser feita ao Governo Regional Socialista, sobre a planeada privatização da Empresa de Electricidade dos Açores. No comunicado afirma-se:

«O sector público empresarial, pela sua dimensão e posição estratégica, tem ainda hoje, como sempre teve, importância decisiva na economia dos Açores e também na estabilidade social.

«O Governo não pode e não deve deixar de considerar o enorme impacto que EDA tem na confiança e no funcionamento da economia ao serviço do interesse dos Açores.

«A EDA - Electricidade dos Açores – é uma das maiores empresas açorianas.

«A EDA desenvolve a sua actividade no eixo estratégico da energia, factor essencial ao desenvolvimento económico.

«O Grupo EDA tem nos seus quadros cerca de 800 trabalhadores. Pela inserção que tem no contexto regional desempenha papel chave no tecido empresarial, sendo mesmo factor de indução e de alavanca da actividade económica.

«Criada nos anos 80, a EDA desempenha nos Açores um papel nuclear como instrumento de garantia e qualidade de abastecimento de energia eléctrica em todas as ilhas.

«É também centro de excelência e saber na produção de energias renováveis, sendo mesmo pioneira em algumas áreas no nosso país.

A estratégia para racionalizar e redimensionar o sector empresarial da Região tem na política de privatizações um dos seus instrumentos.

«Para o PSD, a privatização da EDA não pode ter como objectivo a arrecadação conjuntural de receita para o orçamento regional.

Antes, deve obedecer a um plano estratégico de revitalização da economia e do reforço do tecido empresarial, desde logo para a própria empresa.

«Recentemente, o Governo Regional anunciou a intenção de venda de 56,6% do capital que a Região detém na EDA. Ao anunciar o que anunciou não esclareceu, no entanto, o plano e o modelo de privatização.

«Todavia, definiu um prazo para a concretização da operação - Março de 2004 – e adiantou esperar que a EDP fique com metade do capital social da eléctrica açoriana.

«O que se sabe é que a EDP detém

já 10% do capital da EDA, existindo no acordo para-social o direito de compra de mais 15%, perfazendo o total de 25% de capital para a EDP.

«Para o PSD é preciso que o Governo Regional partilhe com o Parlamento e com os Parceiros Sociais e Económicos da Região, a reflexão sobre os termos da privatização da EDA.

«Contudo, importa sobretudo que o Governo Regional esclareça, com profundidade e urgência, o que pretende.

«O PSD/Açores, através de requerimento parlamentar, vai

deve ser rápida. **Assin.: Victor Cruz »**

A discriminação socialista também atingiu o Nordeste

Na passada quinta-feira, dia 5, o Presidente do PSD/Açores visitou o Concelho de Nordeste, tendo contactado as populações de diversas freguesias e reunido com os autarcas deste Concelho.

Victor Cruz levou a efeito uma visita à Escola Básica Integrada e Secundária de Nordeste e as respectivas obras de ampliação, sobre



questionar o Governo sobre o seu modelo de privatização da EDA e a sua fundamentação.

Interessa conhecer as razões da venda de 56,6% do capital social da EDA; conhecer os relatórios das avaliações efectuadas à empresa e o Acordo para-social subscrito pela EDP e pela Região Autónoma dos Açores.

«O PSD pretende saber que compromissos tem o Governo Regional com a EDP para ter a expectativa antecipada de que ela venha a deter metade do capital da eléctrica açoriana.

«Por princípio, neste caso particular e único, para o PSD a privatização da EDA deve ser feita até 49% do seu capital social.

«Está por provar que a privatização do capital social da EDA acima dos 50% seja uma opção benéfica para o sector, para a economia e para os Açores.

«Em qualquer caso é decisivo para o PSD conhecer as razões que estão subjacentes às declarações públicas do Governo Regional sobre esta matéria, sendo que a resposta ao requerimento

as quais o Presidente do PSD/Açores realçou o empenho da Câmara Municipal de Nordeste na execução desta obra, tendo, para o efeito, executado o projecto e celebrado um contrato ARAAL com o Governo Regional. Tudo na tentativa de dar aos jovens do Nordeste uma Escola em condições.

O Presidente do PSD/Açores recordou que a Carta Escolar aprovada pelo Governo Regional socialista previa a conclusão das obras de ampliação da Escola Secundária de Nordeste em Setembro de 2001, afinal «as obras apenas arrancaram um ano depois da data prevista para a sua conclusão», disse.

Quando da discussão e votação do Orçamento Regional para 2001, o PSD apresentou um reforço da verba destinada às obras da Escola Secundária de Nordeste, para que as mesmas tivessem início naquele ano. Todavia, o Partido Socialista chumbou esta proposta do PSD, o que fez atrasar o início das obras, que apenas arrancaram no fim de 2002.

O Presidente do PSD/Açores

defendeu a construção de uma piscina coberta, anexa à Escola Secundária de Nordeste, a fim de proporcionar aos jovens nordestenses a possibilidade de praticarem a natação ao longo do ano e ainda, de oferecer aos cidadãos do Nordeste um espaço de lazer, de convívio e até de prestação de serviços de Saúde.

O local da Foz da Ribeira foi, uma vez mais, um ponto de interesse a visitar pelo Presidente do PSD/Açores, acompanhado de dirigentes locais do PSD e de autarcas, tendo Victor Cruz realçado «o incumprimento do prometido, desde Julho de 2000, quatro meses antes das eleições, por parte do Presidente do Governo Regional socialista, no que concerne às obras de melhoramento da piscina da Foz da Ribeira».

Este governo regional socialista é, na verdade, pródigo em promessas, mas muito pouco cumpridor. A piscina da Foz da Ribeira, no Nordeste, continua na mesma, e as 16 pontes prometidas pelo governo de José Contente, no início de 1999, continuam a ser uma mera miragem.

Victor Cruz visitou também o Loteamento do Topo, na Vila de Nordeste, tendo contactado os moradores da área e sido informado de que não foram desbloqueadas, pelo Governo Regional socialista, as verbas para a autoconstrução de habitação, prejudicando assim, muitos processos de jovens que esperam para dar início à construção das suas moradias.

O Presidente do PSD/Açores realçou, novamente, o esforço da Câmara Municipal de Nordeste que, sem a cooperação do Governo Regional socialista, adquiriu os terrenos do Loteamento do Topo e está a executar as infra-estruturas do mesmo.

«A falta de cooperação do Governo Regional socialista com os autarcas de Nordeste no que diz respeito à habitação é o corolário da discriminação que o Governo Regional socialista tem levado a cabo junto das freguesias de Nordeste. Desde que o Partido Socialista chegou ao poder, em finais de 1996, o conjunto das sete Juntas de Freguesia do Concelho de Nordeste receberam apoios, publicados no Jornal Oficial, no valor de apenas 200 mil euros, enquanto só a Junta de Freguesia de São Pedro, do Concelho de Ponta Delgada, enquanto foi presidida pelo Partido Socialista, recebeu apoios do Governo Regional socialista no valor de 540 mil euros», revelou Victor Cruz.

19º Cimeira Ibérica



A Figueira da Foz recebeu na sexta-feira e durante dois dias, a Cimeira Ibérica, que juntou no Palácio Sotto Mayor os chefes de Governo de Portugal e Espanha e uma comitiva de 160 pessoas, de que se destacavam duas dezenas de Ministros e ainda Secretários de Estado, diplomatas, assessores e adjuntos.

A cidade foi alvo das normais medidas de segurança nestes casos.

O palácio Sotto Mayor foi assim, durante dois dias, palco de uma cimeira, na qual foram debatidos temas como as vias de comunicação entre Portugal e Espanha, cooperação em várias áreas, combate aos incêndios e evasão fiscal, tudo formalizado com a assinatura de acordos e protocolos entre os governantes dos dois países.

O palácio acolheu ainda reuniões sectoriais entre os diferentes ministros de Portugal e Espanha, nas quais foram debatidos assuntos específicos das respectivas tutelas.

Nas reuniões entre Durão Barroso e José Maria Aznar os temas de debate incidiram sobre o relacionamento bilateral, a futura Constituição da Europa e a situação no Iraque e no Médio Oriente, além da decisão final sobre dois assuntos da maior importância no relacionamento entre os dois países, ou seja, o mercado livre de energia e o traçado final e calendarização do TGV.

Após uma noite passada no Buçaco, as reuniões de sábado de manhã finalizaram e deram corpo definitivo às várias resoluções e protocolos, após o que a cimeira foi encerrada com uma conferência de Imprensa.

Esta reunião de chefes de Governo teve ainda a marca-la o facto de ser a última em que participou José Maria Aznar, na qualidade de Primeiro-Ministro, já que anunciou a sua intenção em não se recandidatar nas próximas eleições legislativas, sendo Mariano Rajoy candidato dos Populares à chefia do Governo espanhol.

“O relacionamento de Portugal com Aznar tem sido muito bom e nós iremos valorizar isso”, garantiu na quinta-feira uma fonte governamental à agência Lusa, acrescentando que a cimeira será a “ocasião adequada” para se assinalar de forma

solene os avanços nas relações bilaterais entre Portugal e Espanha.

“O Primeiro-Ministro português irá encontrar, de certeza, a melhor forma de valorizar esse entendimento”, acrescentou a mesma fonte, recordando que José Maria Aznar participou em iniciativas do PSD que precederam a vitória do partido nas legislativas de 2002.

Um aperto de mão de Chefes de Governo abre oficialmente a Cimeira, às 17 e 30 de sexta-feira



A 19º cimeira luso-espanhola “abriu” oficialmente às 17:30 de sexta-feira com um aperto de mãos entre os chefes de Governo de Portugal e Espanha, quando Durão Barroso e José Maria Aznar saíram dos seus veículos oficiais e

entraram no Centro de Artes e Espectáculo - onde irá decorrer uma parte da cimeira ibérica - tendo sido recebidos pelo presidente da Câmara de Figueira da Foz, Duarte Silva.

À espera dos dois Primeiros-Ministros estavam cerca de 150 jornalistas e fotógrafos, que registaram o momento em que José Maria Aznar e Durão Barroso apertaram as mãos, num acto simbólico de abertura.

Recusando responder a quaisquer perguntas dos jornalistas, que tiveram possibilidade de questionar os dois chefes de Governo na conferência de imprensa conjunta marcada para sábado, José Maria Aznar acabou por abrir uma pequena excepção, dizendo apenas “hablamos mañana”, antes de seguir com Durão Barroso para o segundo andar do edifício, visitaram uma exposição de cerâmica artística.

As reuniões de trabalho começaram imediatamente após a visita à exposição e concluíram no sábado de manhã, tendo os dois líderes, em conferência de Imprensa, dado a conhecer os resultados finais.

Os trabalhos de sexta-feira prolongaram-se até à hora do jantar, que protocolarmente foi oferecido pelo anfitrião, Durão Barroso e no qual o Primeiro-Ministro Português teve ocasião de destacar a “amizade” entre Portugal e Espanha.

O líder português destacou as relações e a cooperação entre os governos dos dois países, tendo, no entanto, dedicado parte do seu discurso ao seu “amigo José Maria”.

“Do ponto de vista estratégico, é muito importante a união entre Portugal e Espanha, coisa que o meu amigo José Maria consolidou”, declarou Durão Barroso. Esta foi uma frase preparatória para a segunda parte da intervenção, dedicada ao facto da 19º cimeira luso-espanhola

ser a última em que José Maria Aznar participa na qualidade de primeiro-ministro de Espanha, já que anunciou a sua decisão de não se candidatar ao cargo.

Nesse sentido, o primeiro-ministro português sublinhou que a saída de Aznar será “muito

19º Cimeira Ibérica

sentida”, sobretudo pelo “muito que fez” na aproximação dos dois países.

“E agora, aqui vão os meus votos pessoais. Espero que a Espanha se qualifique para o Euro 2004 porque gostamos de competição. E se a final for entre Portugal e Espanha, que ganhe o melhor e que o melhor seja Portugal”, afirmou Durão Barroso, antes de desejar votos de felicidade para o seu homólogo espanhol e respectiva família.

Aznar define-se como «um homem de poucas palavras, mas de sentimentos profundos»

Terminado o discurso do seu anfitrião português, José Maria Aznar agradeceu as palavras de Durão Barroso, sublinhando que como qualquer verdadeiro castelhano é “um homem de poucas palavras, mas de sentimentos profundos”.

Prometendo ser sempre “hospitaleiro” para com os portugueses que estejam em Espanha, Aznar comprometeu-se ainda a trabalhar no sentido de que as relações entre Portugal e Espanha “sejam as melhores possíveis”, mesmo depois de abandonar a chefia do Governo espanhol.

O primeiro-ministro espanhol afirmou ter sempre acreditado que a força dos dois países dependerá do desenvolvimento ibérico, algo que disse esperar “continuar” nos próximos anos.

A única divergência referida por José Maria Aznar quanto às relações entre Portugal e Espanha incidiu sobre o resultado que deseja num eventual cenário de disputa na final do Campeonato Europeu de Futebol.

“Espero que Espanha participe na final do Euro 2004 e que ganhe”, afirmou Aznar,



provocando o riso entre os presentes, em especial de Durão Barroso que, minutos antes, tinha desejado que ganhasse Portugal.

Reunião Plenária e Conferência de Imprensa

No Sábado de manhã, a conferência de Imprensa que marcou o termo oficial da cimeira, foi antecedida por uma reunião plenária, na qual os ministros portugueses e espanhóis apresentaram as conclusões das respectivas reuniões sectoriais. Esta reunião plenária teve a

presença da Barroso e Aznar a partir do meio-dia de sábado, no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz.

Antes, os membros das duas delegações tinham participado, no Palácio Sotto Mayor, na assinatura de protocolos bilaterais nas áreas dos transportes, energia, ciência, administração interna, finanças, agricultura e segurança social.

Após a assinatura dos protocolos, Barroso e Aznar, conjuntamente com os ministros dos dois países que desde sexta-feira participavam nos trabalhos da cimeira luso-espanhola, dirigiram-se para a escadaria do Palácio Sotto Mayor, onde teve lugar a tradicional “foto de família”.

Às 13 horas, deu-se início à anunciada conferência de imprensa conjunta dos dois Chefes de Governo.

Do que ali foi tornado público e uma síntese possível das conclusões, acordos e protocolos, começaremos por referir o protocolo de “ajuda mútua” referente a incêndios florestais nas zonas fronteiriças, com o qual são criados procedimentos de cooperação entre os dois países ficando estabelecido que os mecanismos de emergência de Portugal e Espanha serão activados sempre que ocorrerem incêndios florestais nessas zonas.

Este protocolo permitirá “acabar com as burocracias” e estabelecer “procedimentos normalizados de rotina”, para que ambos os países sejam “mais eficazes” no combate aos incêndios, abrindo a possibilidade dos serviços de protecção civil e bombeiros dos dois países poderem



19º Cimeira Ibérica



actuar no combate a incêndios nos dois lados da fronteira - até cinco quilómetros - bastando para isso que avisem as autoridades do país onde deflagrou o incêndio

Foi também assinado um protocolo de cooperação científica e tecnológica, um acordo de “trabalho mútuo” entre as administrações fiscais dos dois países com vista a combater a evasão fiscal e um conjunto de iniciativas comuns no domínio do trabalho e da segurança social.

Outra área de cooperação agora acordada, permitirá apoio mútuo e colaboração no controlo e combate do narcotráfico e na prevenção do consumo de estupefacientes.

O objectivo é “estabelecer um quadro jurídico bilateral para conseguir maior eficácia nas acções para a prevenção, controlo e eliminação do uso indevido e do tráfico de drogas”, afirmou uma fonte do Governo de Madrid. A cooperação nestas matérias far-se-á através do intercâmbio permanente de informação e documentação entre os dois países, elaboração de projectos e programas conjuntos e estende-se aos âmbitos “legislativo, de reinserção social e sócio-sanitário”.

A aplicação do acordo será responsabilidade de uma comissão mista luso-espanhola, a criar, que integrará paritariamente membros designados pelas autoridades competentes de cada país.

Também o Convénio Geral de cooperação nas áreas da Ciência e Tecnologia que existia entre os dois países, datado de 1970, e que “está obsoleto em alguns aspectos”, será substituído por um novo documento.

Mas sem dúvida que os dois aspectos mais marcantes das conclusões da reunião, pelo menos no que mais exposição ao interesse público tem surgido, são os que se referem às questões do Mercado Ibérico da Electricidade e ao TGV que irá ligar Portugal à Espanha e, através do país vizinho, ao resto da Europa.

Arranque da Mercado Ibérico de Electricidade até 2006

O arranque da Mercado Ibérico de Electricidade “até 2006” é um dado adquirido,



estando definidos os prazos de início de cada uma das vertentes do projecto.

Os dois governos deverão acordar na criação de um “reservatório” integrado de energia eléctrica em Portugal e Espanha, que permita fazer face a eventuais situações de “estrangulamento” em relação ao resto da Europa.

“A nossa intenção consiste em criar uma

«pool» eléctrica, que permita conferir margens de uma maior auto-suficiência em relação ao resto do Mundo” referiu fonte do Governo, acrescentando que a “diminuição dos preços” será outro dos objectivos desta iniciativa.

A assinatura do Tratado Internacional que permitirá a entrada em vigor, em 20 de Abril de 2004, do Mercado Ibérico de Electricidade, será feita no próximo dia 20 de Janeiro, tendo os dois chefes de Governo admitido que, após a entrada em funcionamento do MIBEL, em 2004, os dois países aprofundem a criação de mercados comuns noutras áreas energéticas.

Durão Barroso e José Maria Aznar, que falavam na conferência de imprensa que encerrou a XIX Cimeira Luso- Espanhola, na Figueira da Foz, mostraram-se convictos de que esse será o caminho natural”, nomeadamente nas áreas do gás.

“É lógico que o mercado se aprofunde e desenvolva noutras áreas da energia”, disse Durão Barroso, secundado por Aznar, que considerou que “depois da sinergia” no Mercado da Electricidade, se irá “começar a trabalhar noutras áreas”, tendo em conta “o espaço geográfico partilhado” pelos dois países e os 53 milhões de cidadãos abrangidos.

Quanto ao MIBEL, Durão Barroso disse que “todos os problemas pendentes” sobre a matéria “ficaram resolvidos” na cimeira e a cobertura jurídica será dada pela assinatura de um contrato bilateral entre Portugal e Espanha.

Sublinhando a importância deste acordo, Durão Barroso e José Maria Aznar mostraram-se convictos de que o incremento das parcerias entre os dois países contribui para o reforço da economia europeia.

“Devemos deixar funcionar o mercado. O mercado interno europeu será uma realidade, e a menos que haja uma catástrofe, o mercado

19º Cimeira Ibérica

Europeu será cada vez mais integrado”, disse o primeiro-ministro português.

“Assim, o desafio que faço aos empresários portugueses é: preparem-se!”, acrescentou, fazendo um apelo a que não haja “restrições ou protecções artificiais”, que apenas prejudicarão o desenvolvimento da economia.

Aznar reforçou a opinião de Barroso, ao considerar que “a economia europeia é o segredo da força política da Europa”, dado que a influência da Europa no mundo far-se-á sentir se tiver força económica”.

Finalmente, o TGV decidido e calendarizado

Quanto ao TGV – Transporte Ferroviário de Grande Velocidade - Portugal e Espanha definiram na conferência o traçado e a calendarização das linhas, que serão, afinal quatro e das quais a primeira, assegurando a ligação Porto-Vigo estará concluída em 2009 e as restantes, Lisboa-Madrid em 2010, Aveiro-Salamanca em 2015 e finalmente Lisboa-Faro-Huelva em 2018.

As linhas que ligam Lisboa-Madrid (cuja ligação terá de ser feita nas proximidades de Elvas e Badajoz) e Porto-Madrid terão de ser percorridas em 2h45m . “Os traçados Lisboa-Madrid e Porto-Madrid terão de garantir tempos de percurso competitivos, por forma a concorrerem com as ligações aéreas”

O Governo vai avançar com a construção de uma terceira travessia sobre o Tejo, que deverá estar concluída a partir de 2006



em futuro, terá um tabuleiro para automóveis.

Na segunda-feira o Governo vai apresentar o Plano Estratégico Ferroviário para o Século XXI anunciou o Primeiro-Ministro português na conferência, sublinhando que as decisões incluídas nesse documento representam a “solução perfeita”.

Questionado sobre o financiamento necessário

Ainda segundo o primeiro-ministro, a concretização das decisões estabelecidas irá representar um aumento em 2,8 por cento do PIB, criar cerca 91.500 postos de trabalho, beneficiar 81 por cento da população e implicar um esforço do País na ordem dos 650 milhões de euros por ano.

“É um projecto ambicioso que está assente em bases financeiras sólidas”, sublinhou o chefe de Governo.

Quando Durão Barroso e José Maria Aznar foram interrogados sobre o porquê de Portugal e Espanha terem demorado vários anos a concertar posições e a definir os quatro traçados completos dos comboios de alta velocidade, foi o chefe do governo espanhol que respondeu e que justificou a demora com a necessidade de “amadurecer o suficiente”.

Falando sobre temas mais gerais, o presidente do Governo espanhol, garantiu que o seu país não tem qualquer resistência ao investimento português na Espanha. Aznar deixou uma mensagem clara aos empresários portugueses: “Venham!”.

Respondendo a uma questão sobre alegadas dificuldades encontradas pelas empresas portuguesas no mercado espanhol, o chefe do governo de Madrid foi directo: “Os investimentos portugueses em Espanha estão (nos últimos anos) a ser mais importantes que os investimentos espanhóis em Portugal.

Manifestando-se de acordo com o seu homólogo espanhol, Durão Barroso sublinhou, por seu turno, desejar “mais investimento português em Espanha e espanhol em Portugal”, rejeitando quaisquer ideias de protecção da economia, pois “Portugal já cometeu no passado erros que não pode repetir”, na certeza de que “não há alternativa ao mercado espanhol e europeu”.

– Fontes: “Lusa”, “TSF”, “RTP”



Tem de haver uma terceira travessia sobre o Tejo, seguramente”, foi sublinhado na conferência de Imprensa, pois é uma consequência do traçado Lisboa-Madrid. A ponte será primeiro ferroviária, e depois, no

para colocar em prática o plano em período de contenção orçamental, Durão Barroso assegurou que existem parcerias com a REFER, com empresas privadas e 20 por cento será consignado no Orçamento de Estado.



DISTRITAL DA GUARDA

Ao abrigo do disposto no Artigo 37º - Competência- e do Artigo 39º - Reuniões- dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD da Guarda, a reunir no dia 17 de Novembro de 2003, segunda-feira, pelas 21h00, no Auditório do Centro Cultural de Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos

ODIVELAS

Ao abrigo do disposto no Artigo 51º dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção de Odivelas, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Novembro de 2003 (terça-feira), pelas 21h30, na sede da Secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, 11 – C/V da, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Orçamento da Secção para 2004;

Nota: Esta reunião contará com a presença do Dr. Hermínio Loureiro, Secretário de Estado da Juventude e Desportos.

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se todos os militantes do PSD da Secção de Portalegre, para uma Assembleia da Secção, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2003 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital do PSD, sita no Largo 28 de Janeiro, 10 em Portalegre, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação Política Partidária.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção do Porto do PSD, para reunirem no próximo dia 2 de Dezembro de 2003, (terça), pelas 21h30, no Hotel

Méridien, sito à Avenida da Boavista, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

ALMADA

Nos termos dos Estatutos, do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais e da Deliberação da Comissão Política Nacional de 7 de Outubro de 2003, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada do PSD, para reunir no dia 12 de Dezembro de 2003, sexta-feira, pelas 20h00, na sede da Secção, sita na Rua D. João de Castro, nº52, r/c, em Almada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos da secção;

- a) Mesa da Assembleia de Secção;
- b) Comissão Política de Secção.

Nota:

Para efeitos de recepção de candidaturas e sede da Secção encontra-se aberta de 2ª a 6ª feira, das 21h30 às 23h00 e no dia 9 de Dezembro até às 24h00.

Para efeitos da votação no dia 12 de Dezembro de 2003, as urnas estarão abertas das 20h00 às 24h00.

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Secção de Loures, para reunir em Plenário no próximo dia 15 de Dezembro de 2003 (segunda-feira), a partir das 19h00, na sede sita na Urbanização Parque do Almirante, lote 15 – Loja 4, em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: O acto eleitoral decorrerá entre as 19h00 e as 23h00.

Os processos de candidatura deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD de Loures, aberta para o efeito naquele dia a partir das 21h30.

NÚCLEO DE MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Matosinhos, para reunir no próximo dia 13 de Dezembro de 2003, pelas 15h00, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

As listas deverão ser entregues na sede da Secção, até às 24h00 do dia 10 de Dezembro de 2003.

MANGUALDE

Ao abrigo das disposições estatutárias e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para reunir no dia 13 de Dezembro de 2003, entre as 15h00 e as 17h00, no Hotel Senhora do Castelo em Mangualde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota: A entrega das listas deverá ser feita das 22h00 às 24h00 do dia 10 de Dezembro ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir na Residência Bom Sucesso em Chão de Tavares.

BATALHA (DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e nos termos do regulamento eleitoral dos Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Secção da Batalha, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2003, sexta-feira, pelas 21h00, na sede do PSD, sita Célula 3, Batalha, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas aos órgãos locais a eleger directamente deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital do PSD, sita na Rua Dr. José Jardim, nº32, Leiria, entre as 21h30 e as 24h00. As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00 no dia do acto eleitoral.

Esta convocatória anula a anterior publicada no Povo Livre nº1338 de 8 de Outubro de 2003.

ALVAIÁZERE (DISTRITAL DE LEIRIA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e nos termos do regulamento eleitoral dos Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Alvaiázere, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2003, sexta-feira, pelas 19h00, na sede do PSD, sita na Vila de Alvaiázere, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas aos órgãos locais a eleger directamente deverão ser entregues, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede distrital do PSD, sita na Rua Dr. José Jardim, nº32, Leiria, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h00 no dia do acto eleitoral.

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção de Fundão, para reunir, no próximo dia 12 de Dezembro de 2003, na sede Concelhia, às 19h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.
2. Outros assuntos.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede Concelhia do Fundão.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral começará meia hora depois do início da reunião

FUNDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes da Secção do Fundão, para reunir, no próximo dia 22 de Novembro de 2003, na Freguesia da Soalheira, às 17h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações úteis;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

RIBEIRA DA PENA (DISTRITAL DE VILA REAL)

Ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 71º dos Estatutos Nacionais do PSD e no ponto n.º 15 do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia da Secção de Ribeira da Pena, para reunir no dia 13 de Dezembro de 2003 (domingo), a partir das 14h00, na sede Concelhia do PSD, sita na Rua do Emigrante, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital ou a quem



o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede Concelhia aberta para o efeito, naquele dia entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 14h00 às 16h00.

LAGOA

Nos termos do artigo 51º e para os efeitos do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes inscritos na Secção de Lagoa do PSD, para se reunirem, em Assembleia Ordinária, no próximo dia 21 de Novembro de 2003 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do partido, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, 3-1º, em Lagoa. A assembleia reunirá a essa hora desde que compareçam mais de metade dos seus membros ou 30m depois, com qualquer número de membros, nos termos do n.º 2 do artigo 66º, dos Estatutos do PSD, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Assunto de carácter político local, regional e nacional;
2. Outros assuntos.

BELMONTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Belmonte, para reunir no dia 13 de Dezembro de 2003, pelas 20h00, no Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral em Belmonte, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção de Belmonte.

Nota:

As listas concorrentes deverão ser dirigidas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção e entregues na Rua Nova do Jardim nº14 até à meia noite do terceiro dia anterior à data das eleições.

A mesa eleitoral estará aberta das 20h00 até às 22h00.

ÁGUEDA

Ao abrigo do disposto nos artigos 51º e da alínea a) do n.º2 do artigo 50º dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para uma reunião plenária, a realizar no dia 5 de Dezembro de 2003 (sexta-feira), na sede concelhia, sita na Quinta das Oliveiras em Águeda, às 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e discussão da eventual integração do Município de Águeda nas novas unidades territoriais a criar (Áreas Metropolitanas ou

Comunidades Intermunicipais).

2. Análise da situação político-partidária.

SETÚBAL

Dando cumprimento à orientação definida pelo Conselho Nacional e nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Setúbal do PSD, para reunir, em sessão extraordinária, em 12 de Dezembro de 2003, sexta-feira, pelas 19h00, na Sede da Secção de Setúbal do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23-1º esq, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

A duração do acto eleitoral será de 4 horas, das 19 horas às 23 horas. As listas deverão ser apresentadas até às 24h00 do dia 9 de Dezembro de 2003, na sede da Secção, à Mesa da Assembleia de Secção.

AVEIRO

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 50º dos Estatutos do Partido Social Democrata e no artigo 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2003 (sexta-feira), a partir das 17h00, na sede concelhia do PSD, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº177- 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção de Aveiro.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (terça-feira, dia 9 de Dezembro), encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito, naquele dia, entre as 22h00 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 17h00 até às 22h00.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Coruche, para reunir no dia 12 de Dezembro de 2003, pelas 20h30, no edifício da Junta de Freguesia de Coruche, na Quinta do Lago, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação político-partidária;
2. Outros assuntos.

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Arouca, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 19 de Dezembro de 2003 (sexta-feira), pelas 21h00, na nova sede, sita no Largo Angelo Miranda, nº13 A-1º (por cima da confeitaria Rainha 1) na Vila de Arouca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

A votação decorrerá das 21 às 23 horas.

A entrega das listas deve ser feita ao Presidente da Mesa até ao terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ALPIARÇA

Ao abrigo dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se uma Assembleia ordinária da Secção de Alpiarça a realizar no dia 12 de Dezembro de 2003, pelas 20 horas, na sede Concelhia do PSD, Alpiarça, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação do Relatório e contas.
2. Eleição para os Órgãos da Concelhia.

ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da ecção do Alandroal, para uma Assembleia a realizar na sede Concelhia, no próximo dia 13 de Dezembro de 2003, das 14 às 18h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa Assembleia de Secção.

Nota:

As listas candidatas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



PAMPILHOSA da SERRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social

Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio da Pampilhosa da Serra, para reunir no próximo dia 20 de Novembro de 2003 (5.ª Feira), pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD Local, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Coimbra.

NOTA:

As listas concorrentes deverão ser entregues até às 24h00 do dia 19 de Novembro de 2003, na Sede Concelhia do PSD de Pampilhosa da Serra.

As urnas de voto estarão abertas entre as 21h30 e as 22h30.

PENACOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio da Penacova, para reunir no próximo dia 21 de Novembro de 2003 (6.ª Feira), pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD Local, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Coimbra.

NOTA:

As listas concorrentes deverão ser entregues até às 24h00 do dia 20 de Novembro de 2003, na Sede Concelhia do PSD de Penacova.

As urnas de voto estarão abertas entre as 21h30 e as 22h30.

PENELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio da Penela, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2003 (Sábado), pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD Local, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1-Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2-Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3-Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Coimbra.

NOTA:

As listas concorrentes deverão ser entregues até às 24h00 do dia 21 de Novembro de 2003, na Sede Concelhia do PSD de Penela.

As urnas de voto estarão abertas

entre as 21h30 e as 22h30.

SOURCE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio da Soure, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2003 (Domingo), pelas 21h30, na Sede Concelhia do PSD Local, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
- 2- Eleição da Comissão Política de Secção;
- 3- Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital de Coimbra.

NOTA:

As listas concorrentes deverão ser entregues até às 24h00 do dia 22 de Novembro de 2003, na Sede Concelhia do PSD de Soure.

DISTRITAL de COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Distrital de Coimbra, para reunir no próximo dia 16 de Novembro de 2003 (Domingo), pelas 15h00, na Sede Concelhia do PSD da Figueira da Foz, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Análise da Situação Política;
- 2- Ratificação da proposta de Revisão Estatutária da JSD;

SECÇÃO de CARCAVELOS/São Domingos de Rana

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, e dos demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Carcavelos/São Domingos de Rana, para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2003, Quinta-feira, pelas 21h00, na Sede da Secção, sita na Rua Jogo da Bola, lote 1-A, C/v, em Carcavelos, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Plenário sobre o Tema: "A Política de Juventude no Concelho de Cascais."

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco todos os militantes da JSD - Lousada, para um Plenário desta Secção a realizar no próximo dia 17 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na Sede do PSD/

Lousada, Travessa de S. Sebastião - Silvares - Lousada, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Outros assuntos.

CONSELHO DISTRITAL de VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Conselho Distrital de Viseu, para uma reunião extraordinária a realizar no dia 22 de Novembro de 2003 (Sábado), pelas 15h30, em Penalva do Castelo, na Junta de Freguesia da Ínsua, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: A Acção Governativa Social Democrata, com a Presença do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Dr. Luís Marques Mendes.

VILA NOVA de FOZ CÔA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio da V. Nova de Foz Côa, para reunir no dia 29 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na Sede do PSD de V. Nova de Foz Côa, sita Centro Comercial Sacadi, Loja, n.º 6, Largo do Tablado, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1.º - Eleições;
- 1.1- Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 2.2 - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio;
- 2.3 - Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital;
- 2.º - Outros Assuntos.

NOTA:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do dia anterior, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede do PSD de Vila Nova de Foz Côa no dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

FIGUEIRA de CASTELO RODRIGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoco o Plenário Concelhio da Figueira de Castelo Rodrigo, para reunir no dia 29 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na Sede do PSD de Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1.º - Eleições;
- 1.1- Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 2.4 - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio;
- 2.5 - Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital;
- 2.º - Outros Assuntos.

NOTA:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do dia anterior, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede do PSD de Figueira de Castelo Rodrigo no dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

FORNOS de ALGODRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio de Fornos de Algodres, para reunir no dia 29 de Novembro de 2003, pelas 21h00, na Sede do PSD de Fornos de Algodres, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1.º - Eleições;
- 1.1- Eleição da Comissão Política Concelhia;
- 2.6 - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio;
- 2.7 - Eleição dos Delegados ao

Conselho Distrital;
2.º - Outros Assuntos.

NOTA:

As listas devem ser entregues até às 24h00 do dia anterior, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede do PSD de Fornos de Algodres no dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

NÚCLEO de MOREIRA/ VILA NOVA da TELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convocam-se todos os militantes do Núcleo de Moreira/Vila Nova da Telha, para um Plenário eleitoral a realizar no dia 6 de Dezembro de 2003, pelas 14h30, na Sede Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, Vermoim - Maia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição da Mesa do Plenário de Núcleo;
- 2- Eleição da Comissão Política de Núcleo;

NOTA:

As listas deverão ser entregues até às 24horas do dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia que se encontrará aberta a partir das 22h00.

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.





Carlos Coelho defende normas comuns para garantias processuais de suspeitos e arguidos



O Deputado do PSD **Carlos Coelho** afirmou hoje, num **debate sobre as garantias processuais dos suspeitos e arguidos em procedimentos penais na União Europeia**, que teve lugar no Parlamento Europeu, em Bruxelas, que “a construção de um Espaço Europeu de Liberdade, de Segurança e de Justiça deve assentar sempre no pleno respeito e salvaguarda dos Direitos Fundamentais dos cidadãos e na afirmação convicta dos princípios que regem um processo equitativo”.

Para Carlos Coelho, a proposta em discussão no PE representa “**mais um passo importante no sentido de se criar um verdadeiro espaço europeu de justiça**, ao pretender definir um conjunto de normas mínimas em matéria de garantias processuais, nos Estados Membros. Pretende-se garantir uma **protecção homogénea, em toda a União, dos direitos individuais dos suspeitos, arguidos, julgados e condenados no âmbito de infracções penais**”.

Carlos Coelho defende que “a **adoção dessas normas comuns é essencial para reforçar a confiança dos cidadãos nas autoridades judiciais e destas nos diferentes sistemas judiciais dos demais Estados Membros. O instrumento jurídico comunitário que lhes servirá de base, visará melhorar as garantias processuais em todo o território da União, sem reduzir o nível de protecção garantido nos diversos Estados Membros.**

Os **domínios principais** são:

- o **direito a assistência judiciária** e a representação por um defensor
- o **direito a intérprete** e/ou tradutor competente e qualificado, para que o arguido conheça as acusações deduzidas e compreenda o procedimento
- **protecção adequada para as categorias especialmente vulneráveis** (menores, deficientes, analfabetos, entre outros)
- **assistência consular**
- **conhecimento da existência de direitos** (uma Carta de Direitos dos arguidos, que deverá ser redigida e disponibilizada em todas as línguas oficiais)”.

Carlos Coelho sublinhou que “o problema destas normas é essencialmente de **deficiência na aplicação** e não tanto na sua inexistência, pelo que a decisão-quadro deverá incluir **disposições de aplicação efectiva e sanções**, e contemplar outros direitos fundamentais dos suspeitos e arguidos para além dos acima descritos”.

O Deputado social democrata **instou ainda o Conselho e a Comissão “a exercerem o seu direito de iniciativa** que permita melhorar ao nível europeu, as condições de detenção nas prisões (designadamente, mas não exclusivamente, no âmbito da prisão preventiva), reduzir a morosidade da justiça em diversos Estados-Membros e estabelecer padrões de direitos mínimos no âmbito da admissibilidade e relevância da prova e direito de caução”.

Carlos Coelho:

Fronteiras externas da União são elo fraco do sistema

O Deputado do PSD **Carlos Coelho**, numa intervenção no debate sobre a criação na União Europeia de uma rede de agentes de ligação da imigração lamentou “**o facto das fronteiras externas da União serem um dos elos mais fracos no sistema**. Isso tem, acrescentou, consequências nefastas ao nível da protecção da segurança interna, da eficácia na luta contra a emigração clandestina, e da aplicação plena do princípio da livre circulação”.

Sublinhando que “a criação de uma **Rede de Agentes de Ligação da Imigração** foi reclamada, no Conselho Europeu de Sevilha, no âmbito da aplicação progressiva de uma gestão coordenada e integrada das fronteiras externas, até ao final de 2002 e que com as conclusões de Salónica, foi evidenciada a necessidade de se acelerarem os trabalhos relativos à aprovação de um instrumento jurídico destinado a criar oficialmente essa Rede, até aos finais de 2003”, Carlos Coelho afirmou apoiar “todas as iniciativas que possam contribuir para o **urgente reforço do controlo nas fronteiras externas da União**”.

Carlos Coelho salientou que “**existe já uma cooperação informal entre os agentes de ligação da imigração e que com esta iniciativa, pretende-se dotar essa cooperação de um quadro destinado a formalizá-la e a reforçá-la, cabendo a essa Rede de Agentes de Ligação da Imigração contribuir:**

- para a **prevenção da imigração ilegal** e para a luta contra esse fenómeno,
- para prestar **ajuda ao regresso dos imigrantes ilegais**,
- para a **gestão da imigração legal**”.

O Deputado social democrata defendeu “uma Política de Imigração legal, próactiva, acompanhada por uma luta eficaz contra a imigração ilegal e contra o tráfico de seres humanos e lamentou que, pelo facto do tráfico de pessoas se inscrever no 3º pilar, não possa ser integrado no âmbito do presente Regulamento, entre as atribuições dos agentes de ligação da imigração. Mais uma vez, sublinhou, nos deparamos com uma situação absurda devido à distinção de matérias entre os 3 pilares, que se revela, deste modo, mais do que inútil, contraproducente”.

Carlos Coelho sublinhou ainda que “a **prevenção da imigração ilegal passa pela existência de vias de imigração legal, e por campanhas de informação devidamente direccionadas**, de modo a exercer um efeito dissuasivo em relação aos potenciais candidatos à imigração ilegal. Podemos e devemos, disse, evitar muitas tragédias, como algumas que não estão muito longe da nossa memória”.



Joaquim Piscarreta na Comissão das Pescas do Parlamento Europeu

O Deputado do PSD **Joaquim Piscarreta** foi nomeado pelo Partido Popular Europeu para integrar a Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, preenchendo a vaga aberta nesta comissão parlamentar com a saída do Dr. Arlindo Cunha do PE.

Comentando esta nomeação, Joaquim Piscarreta manifestou-se *“satisfeito pela importância para Portugal e nomeadamente para o Algarve de que este sector se reveste, numa altura em que **está em curso um processo de liberalização da pesca nas águas ocidentais** com o consequente acesso às águas nacionais por parte de outras frotas comunitárias”*

Neste contexto, Joaquim Piscarreta **felicitou o Governo português pelo acordo bilateral com a Espanha**, *“sem o qual Portugal teria assistido a um cenário de catástrofe com a invasão das suas águas territoriais pela frota espanhola”*.

*Este acordo, acrescentou, cria um quadro de estabilidade duradouro, com dois efeitos positivos: a **estabilidade** (durante os próximos 10 anos, os pescadores portugueses ficam com a certeza que as suas embarcações continuarão as suas actividades sem sofrer a concorrência desenfreada de uma frota mais numerosa e com maior capacidade) e a **reciprocidade** (serão 10 anos durante os quais os armadores portugueses poderão pescar em águas espanholas, com igual número de barcos)”*.

Joaquim Piscarreta lembrou ainda que *“este acordo estende à frota espanhola todas as especificidades aplicadas em Portugal, designadamente a protecção de algumas espécies, a dimensão das redes, as quantidades e espécies capturadas, etc.”*

Para Joaquim Piscarreta torna-se agora *“imprescindível o controlo da aplicação”* deste acordo. Recordando que nas águas algarvias ocorrem com alguma frequência alterações entre autoridades portuguesas e tripulações espanholas a pescar ilegalmente, o Deputado algarvio afirmou que *“**não se pode ganhar na actividade ilegal o que não se conseguiu na mesa das negociações**”*.

Joaquim Piscarreta defende, pois, *“a existência de mecanismos de controlo, em toda a cadeia de pesca, desde as capturas à comercialização, passando pelo transporte, através da existência de uma Estrutura Comum de Inspeção e uma Agência Comunitária de Controlo das Pescas”*.



Águas balneares: Joaquim Piscarreta defende responsabilidade conjunta

O Parlamento Europeu votou hoje um relatório sobre a qualidade das águas balneares.

O Deputado Joaquim Piscarreta recordou que *“sinónimo do turismo de qualidade, Portugal conta com 169 praias com bandeira azul hasteadas em 2003. Só no Algarve foram 47, incluindo uma praia fluvial”*.

*Estes resultados, acrescentou, evidenciam a **qualidade e o empenhamento das autoridades locais na gestão do litoral**, designadamente no saneamento básico, recursos hídricos e poluição”*.

Para Joaquim Piscarreta, contudo, *“além de melhorias técnicas e científicas de controle das águas, **convém não esquecer uma nova realidade***.

*O **turismo criou novas actividades recreativas** para os veraneantes. Além dos banhistas, existem agora actividades de surf, prancha, vela, etc.*

No Algarve, esta realidade não para de aumentar junto dos jovens.

Apesar destas novas modalidades serem praticadas a uma maior distância da costa, considero que devem ser protegidos pelo novo regime”.

O Deputado social democrata defendeu, por isso, *“a **necessidade de alargar o conceito de ‘banhista’ do puro nadador, ao praticante de uma modalidade desportiva aquática**”*.

Invocando a sua experiência como autarca, Joaquim Piscarreta chamou a atenção para o facto de *“a importância da saúde e a qualidade das águas justificarem uma missão de informação do público”*.

No entanto, disse, trata-se de uma **responsabilidade conjunta entre a UE, os Estados Membros, as regiões e poderes locais**.

As entidades locais não podem ser as únicas a acaretar os custos da manutenção de umas águas de qualidade, incluindo as perdas económicas para as zonas que não alcançam transitivamente a qualidade exigida”.

Tomada de Posse da CPD/JSD-Braga

Jorge Nuno Sá esteve presente



O Líder da JSD não faltou à posse da Comissão Política Distrital da JSD/Braga, realizada no passado dia 7 de Novembro.

Ao Joel Sá, o presidente empossado, e restante equipa, voltamos a fazer votos de bom mandato.

Presidente da JSD comenta o papel da Juventude

Jorge Nuno Sá foi um dos oradores de um encontro subordinado ao tema: “Envolvência dos Jovens na Sociedade Activa”.

Este debate teve lugar no preterido 5 de Novembro, na Câmara Municipal de Leiria, tendo o Presidente da CPN/JSD reafirmado o papel extremamente empenhado, altruísta e solidário da juventude portuguesa, sobretudo no voluntariado, associativismo e questões sociais.

Debate “A Comunicação Social e a Política”

O próximo dia 14 de Novembro será marcado pela realização desta iniciativa que pretende ser esclarecedora quanto à relação entre Políticos e Imprensa. O debate inicia-se às 21h00, no NOVOTEL de Setúbal, contando com as presenças de Pedro Duarte (Porta Voz do PSD e Secretário-Geral Adjunto do Partido) e de Nuno Rebocho (Jornalista).
Organização: Comissão Política Distrital da JSD/Setúbal

O Gabinete de Informação agradece as várias opiniões que têm chegado sobre o nosso trabalho bem como ideias para o site da JSD. No entanto, o pedido de críticas e sugestões acerca do www.jsd.pt continua activo, pelo que solicitamos o teu contacto para paulocolaco@jsd.pt e carloslopes@jsd.pt

CURTAS/AGENDA:

- Festa Laranja:

A Secção F da JSD/Lisboa convida-te para uma confraternização a ter lugar no dia 14 de Novembro, sexta-feira, pelas 23h30, no Bar Spicy.

- **Já foi lançada a edição** de Outubro da Newsletter da Comissão Política Distrital da JSD/Santarém. O número deste mês contém informações das secções, bem como do passado Conselho Nacional da JSD.

- Torneio de Futebol de 5:

é uma organização da CPS/JSD de Santarém que vai já na sexta edição. O evento terá lugar no dia 7 de Dezembro (Domingo) ao qual se seguirá um Jantar de Convívio e uma Festa. Todas as Concelhias do Distrito estão convidadas a participar, através da constituição de uma equipa. Inscrições através do 96 2329643

- Torneio de Paintball da JSD/Seixal:

(15 de Novembro, Campo de Paintball da Arrentela). Equipas de 8 pessoas. Inscrições: 96 361 51 38

- Jantar de Aniversário da JSD/Almada:

(15 de Novembro, Inatel da Costa de Caparica) Inscrições para o 963158963 (Hugo Braz) e 919875521 (Bruno Ribeiro).

- Jantar/Debate “A Política ao Serviço das Pessoas”:

21 de Novembro pelas 20h, em Alcochete. Orador: Deputado da JSD Gonçalo Capitão (Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD). Inscrições: 91 7682868 (Nuno Matias) ou 93 8483056 (Pedro Gomes).

Jantar-Convívio com Marques Mendes



No passado dia 31 de Outubro, a Comissão Política Concelhia de Aveiro e os membros eleitos pelo PSD à Assembleia de Freguesia de Aradas, realizaram um jantar convívio num restaurante local, que contou com a presença de mais de uma centena e meia de militantes e simpatizantes do Partido e como convidado de honra o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Mendes.

Usaram da palavra, no período reservado às intervenções políticas, o cabeça de lista do nosso Partido à Assembleia de Freguesia de Aradas, António Mário Neto, o Presidente da Concelhia de Aveiro, Dr. Ulisses Pereira, o Presidente da Distrital, Eng.º Ribau Esteves, e a finalizar, o Dr. Luís Marques Mendes.

Para além das intervenções de âmbito local, que enfatizaram a forma combativa como está a ser feita pelo PSD a oposição ao poder autárquico socialista de Aveiro, mais um infeliz exemplo (como muitos outros que nos foram deixados pelo PS) de uma gestão despesista, irresponsável e amiguista, mereceram particular destaque e reflexão, as questões relacionadas com o actual momento político nacional.

O Dr. Marques Mendes realçou o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Governo de Portugal, e as perspectivas de um futuro melhor que está a ser construído por uma política corajosa e reformista. Fez uma análise comparativa entre o “politicamente correcto” (em que se especializaram os socialistas) e “as políticas correctas” (que o Governo de coligação PSD-CDS/PP está a desenvolver).

Deixou uma palavra final de reconhecimento e estímulo pelo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Concelhia de Aveiro, tendo como objectivo conquistar nas próximas eleições autárquicas a única Câmara Municipal que não foi governada pelo PSD no Distrito de Aveiro.

Muito entusiasmo e muita determinação caracterizaram todo o ambiente que envolveu este jantar convívio, realizado como muitos sublinharam fora de contextos eleitorais, o que é de enaltecer numa lógica de militância partidária e de construção de projectos e modelos alternativo de desenvolvimento, em Autarquias em que não somos poder. – **PSD/Aveiro**



Editorial



Luís Álvaro Campos Ferreira

Persistência e Trabalho

E de um momento para o outro, assim de repente, há um conjunto de corporações dos mais diversos sectores da sociedade que só agora se lembram que as coisas não estão bem? Que não funcionam? Que faltam meios? Que os recursos são escassos?

Claro que muitas vezes têm razão. Claro que tem toda a legitimidade e até obrigação de chamar a atenção para a depauperada realidade que muitas das vezes existe.

Também é verdade que a forma pouco cívica e fora das regras éticas ou democráticas que por vezes utilizam, não lhes fica nada bem, nem contribui em nada para a construção de novos modelos. Mas pior do que isso.

Parece que o universo de problemas que o País tem, só agora surgiu. Que tudo aconteceu à pouco tempo, ou noutros casos, problemas que tem décadas, exige-se que sejam resolvidos como por artes mágicas, nestes curtos 18 meses de Governação.

Diz-nos o bom senso que a complexidade das questões, não pode, nem deve ser tratada com populismo fácil.

O País necessitava de profundas reformas, e em muitas situações, de uma nova mentalidade.

É nesse sentido que o Governo de Portugal está a actuar. Com serenidade, mas com determinação.

O caminho faz-se caminhando, como dizia o Poeta. Os resultados começam a aparecer. Mais cedo até do que seria expectável.

Queremos um Portugal confiante e persistente. Mas não podemos exigir que tudo se resolva com uma varinha mágica, como por milagre.